Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Marçano, Isabel

Família, trabalho, remuneração e trabalho a tempo inteiro : valores sociais e valores do trabalho no desemprego : um estudo junto de desempregados no sul de Portugal

http://hdl.handle.net/11067/3412

Metadados

Data de Publicação 2016

Resumo Este artigo apresenta resultados de pesquisa sobre os valores sociais e valores do trabalho no desemprego em Portugal. Muito especialmente, questiona-se a centralidade do trabalho na vida de quem perdeu o emprego, bem como, os sentidos de envolvimento no trabalho. Esta reflexão é feita a partir da análise de dados recolhidos em inquérito por questionário em dois momentos de inquirição (2005/06 e 2014) a duas amostras de 300 pessoas cada (150 homens e 150 mulheres) nos concelhos de Alcácer do Sal...

Palavras Chave Desemprego - Portugal, Desemprego - Aspectos sociais - Portugal

Tipo article

Revisão de Pares Não

Coleções [ULL-FCEE] LEE, n. 21 (2016)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-11-11T02:53:39Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

FAMÍLIA, TRABALHO, REMUNERAÇÃO E TRABALHO A TEMPO INTEIRO

Valores sociais e valores do trabalho no desemprego – um estudo junto de desempregados no sul de Portugal

Isabel Marçano
Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA)

Resumo: Este artigo apresenta resultados de pesquisa sobre os valores sociais e valores do trabalho no desemprego em Portugal. Muito especialmente, questiona-se a centralidade do trabalho na vida de quem perdeu o emprego, bem como, os sentidos de envolvimento no trabalho. Esta reflexão é feita a partir da análise de dados recolhidos em inquérito por questionário em dois momentos de inquirição (2005/06 e 2014) a duas amostras de 300 pessoas cada (150 homens e 150 mulheres) nos concelhos de Alcácer do Sal, Amadora, Cascais, Lisboa, Oeiras e Sintra. Face à semelhança de resultados serão apresentados apenas os dados relativos a 2005/06. A parecença dos dados obtidos nos dois momentos de inquirição levam a concluir estarmos perante uma tendência de regularidade nas respostas obtidas no período de quase uma década. Os dados do inquérito foram complementados com análise qualitativa por via de entrevistas a fim de aprofundar resultados. As conclusões apontam para: a vitalidade dos valores sociais "família" e "trabalho", a importância do salário como valor central relativo ao trabalho, a valorização do trabalho a tempo inteiro, o trabalho como criador de uma comunidade de relações sociais e afectivas, junto da população desempregada inquirida em 6 concelhos. Encontram-se ainda algumas diferenças em função do sexo, idade e escolaridade.

Palavras-chave: Emprego, Desemprego, Valores sociais, valores do trabalho.

Abstract: This article presents results on social values and work values research in unemployment in Portugal. In particular the centrality of work wonders in the lives of those who lost employment, as well as the involvement of meaning at work. This reflection is made from the analysis of data collected in the questionnaire survey in two phases of inquiry (2005/06 and 2014) the two samples of 300 people each (150 men and 150 women) in the municipalities of Alcácer do Sal, Amadora, Cascais, Lisbon, Oeiras and Sintra. Given the similarity of results will be presented only the data for 2005/06. The resemblance of the data obtained in the two moments inquiry lead to the conclusion that we are facing a trend of regularity in the responses obtained in the period of almost a decade. The survey data were supplemented with qualitative analysis through interviews in order to enhance results. The findings point to: the vitality of social values "family"

and "work ", the importance of wages as a central value of the work, the appreciation of the full-time job, work as creator of a community of social and affective relationships together the unemployed population surveyed in 6 municipalities. Some differences according to sex, age and education were found.

Keywords: Employment, unemployment, social values, work values.

1. Apresentação

Do trabalho escravo, à relação salarial, passando pelas sociedades recolectoras e caçadoras, o trabalho e a necessidade de dedicar esforço à sobrevivência fazem parte das sociedades humanas mas com formas diferentes de organização social, esforço físico e sem ou com acumulação de rendimento e sentido estatutário.

É na transição do séc. XIX para o séc. XX que a sociedade salarial vai ganhando forma na actividade de produção com o "desenho" de mercados de emprego locais organizados pela oferta e procura de mão de obra agrícola, depois industrial e, mais tarde, de serviços. É neste contexto que a ideia de "desemprego" é forjada, implicando uma concepção moderna de trabalho que separou a habitação do local de trabalho e convive com o aparecimento de instituições para gerir e compensar os desempregados que a invenção dos Estados Providência permite (D. Schnapper, 2015).

Os dados relativos à UE evidenciam alto nível de envolvimento no trabalho dos desempregados aí residentes (Gallie e Paugam, 2000). De facto, 64% afirmaram que gostariam de ter uma ocupação profissional ainda que não necessitassem do dinheiro. Além disso, em todos os países, o nível de envolvimento no trabalho dos desempregados supera em muito o valor dos empregados. Olhando país a país, Portugal está muito acima da média europeia com 70,7% de desempregados motivados para trabalhar para 58,8% de empregados. Será que a privação de emprego põe em evidência os benefícios que o trabalho proporciona, além do claro propósito de compensação financeira?

Quais os valores sociais e como se configuram os valores em relação ao trabalho dos desempregados mais recentemente inquiridos por nós em 6 concelhos no sul de Portugal?

2. Estado da arte

2.1. Valores do trabalho

As categorias relativas aos valores do trabalho usadas na presente investigação têm por base a proposta de Herzberg (1966) e de Inglehart (1990).

Herzberg distinguiu os valores de trabalho segundo dois tipos - «factores intrínsecos» que se relacionam com aspectos característicos da própria

actividade, motivadores por si mesmos e sob controlo dos sujeitos (actividade interessante, autonomia, sentido de realização, utilidade percebida, etc.) e «factores extrínsecos», independentes do trabalho realizado, mas relacionados com as consequências que advêm do facto de se trabalhar (salário, segurança do emprego, possibilidade de promoção, etc.).

Segundo Inglehart, as mudanças culturais davam conta de uma alteração maciça na infra-estrutura das sociedades industrializadas avançadas e tais alterações sistémicas poderiam repercutir-se a nível dos valores, atitudes, comportamentos e opiniões. O autor distingue valores "materialistas" (associados a objectivos como satisfação de necessidades básicas, crescimento económico e coesão social) e valores "pós-materialistas" (associados a objectivos ligados a preocupações de teor intelectual, estético, qualidade de vida e participação na tomada de decisão a nível do trabalho e da política). Assim, os valores "materialistas" estariam relacionados com a conceptualização de valores "extrínsecos" e os "pós-materialistas" com os valores "intrínsecos".

Outros estudos apontam para uma orientação de valores muito dependente de factores económicos: uma posição económica mais favorecida proporciona uma orientação intrínseca mais marcada, enquanto uma posição económica menos favorecida tende a realçar valores extrínsecos de forma mais evidente (Caetano et al., 2003). Jesuíno (1993), por exemplo, mostra a relação entre o tipo de valores e as características sócio-demográficas. Pode notar-se que a orientação de valores anda intimamente ligada à satisfação das necessidades, na medida em que se dá mais importância a "valores extrínsecos" (correspondentes às necessidades básicas), até à sua satisfação tornar possível a aspiração a valores de carácter extrínseco.

Rodrigues (1995) analisou as atitudes dos portugueses sobre o trabalho (níveis de satisfação/insatisfação). Numa análise comparativa entre 1991 e 1994, a percentagem de indivíduos insatisfeitos permaneceu quase inalterada; no entanto, os portugueses revelavam-se mais insatisfeitos em 1994 quanto às remunerações e mais pessimistas relativamente às características de contexto nas situações de trabalho. Os principais motivos de satisfação correspondem a "trabalho interessante", "trabalho perto de casa" e "bom ambiente de trabalho". Nos motivos de insatisfação apontados, "fraca remuneração" e "condições de trabalho" ocupam lugares cimeiros. A dimensão mais valorizada no trabalho é material ou de sobrevivência, seguida da expressão individual. Para os portugueses o trabalho é, sobretudo, uma forma de assegurar rendimento que proporcione alguma segurança. No entanto, "expressão individual" e "utilidade social" surgem igualmente como ambições legítimas para alguns.

Em 1997, Vala (2000) mostra que o aspecto tido por mais importante em Portugal é a segurança no trabalho, seguido de boas oportunidades de promoção e da remuneração elevada.

Considerando a importância da dimensão temporal e sua relevância no estudo do desemprego apresentem-se algumas reflexões sobre esta temática.

2.2. Valores sociais

O conceito de centralidade do trabalho refere-se à definição de Paullay *et al*. (1994, conforme Ramos 2000): as crenças que os indivíduos têm relativamente ao grau de importância do trabalho nas suas vidas. A centralidade do trabalho é percebida como um produto da socialização, uma vez que os indivíduos aprendem a valorizar o trabalho a partir da sua religião, cultura, família e amigos.

Avaliados valores sociais e centralidade do trabalho nos anos 1990 (Jesuíno, 1993), observou-se que o aspecto mais importante destacado pelos portugueses é a família; seguem-se trabalho e amigos. O aspecto menos importante é a política, seguido da religião. A comparação com os resultados europeus mostra que, em termos globais, o trabalho e a família são ainda mais valorizados, em média, nos países europeus. Outros estudos concordam na valorização da família (Alice Ramos, 2000). A maior parte dos inquiridos gostaria de gastar mais tempo com a família; seguem tempos livres e amigos. Relativamente ao emprego, ocorre uma predisposição consensual para menos tempo. Pode observar-se que a família é, efectivamente, a dimensão de vida mais importante.

No inquérito realizado em 1997 (Alice Ramos, 2000), cerca de 64% dos indivíduos afirmaram que gostariam de ter um emprego remunerado mesmo que não precisassem do dinheiro, percentagem que diminui em 2006 (Freire, 2008) para 56%. Apesar do menor peso registado, pode compreender-se que o trabalho assume lugar central na vida de grande parte da população portuguesa. Deste modo, o trabalho ocupa lugar fundamental na vida das pessoas e relaciona-se intimamente com outras dimensões igualmente importantes da vida social.

Observando a evolução entre 1990 e 1999 (M. Villaverde Cabral e Jorge Vala, 2001), não se registaram alterações significativas na sociedade portuguesa quanto à adopção de valores materialistas e pós-materialistas. Relativamente ao conjunto dos países da UE, nota-se uma ligeira perda de realce nos valores pós-materialistas e um reforço dos valores materialistas e mistos.

Segundo Inglehart, a emergência de valores pós-materialistas só poderá advir quando os problemas económicos e de segurança básicos se encontrem minimamente superados. O processo de mudança de valores dava conta de uma mudança maciça na infra-estrutura das sociedades industrializadas avançadas, podendo tais alterações sistémicas repercutir-se ao nível dos valores e dos comportamentos individuais.

Será que a mudança para valores pós-materialistas se irá concretizar, uma vez que as dificuldades socioeconómicas pedem resposta às necessidades básicas dos indivíduos? Estará a tese de Inglehart comprometida pela crise económica na UE e seu reflexo futuro?

2.3. Desemprego e diferenças entre sexos na UE

Na UE, as pessoas desempregadas (68%) são um pouco mais susceptíveis do que as empregadas (60%) de afirmar que gostariam de ter um emprego

ainda que não necessitassem do dinheiro dele proveniente. Não existem, em geral, diferenças significativas entre homens e mulheres no que respeita ao compromisso perante o emprego. Portugal apresenta dos maiores valores de compromisso com o trabalho (76% homens e 67% mulheres). Especialmente para os homens estes valores só são superados pela Dinamarca e Holanda (Gallie e Paugam, 2000). O envolvimento ou compromisso no trabalho das mulheres desempregadas é inferior em 8% ao valor dos homens, o que poderá indiciar o maior peso de actividades de substituição do emprego na vida das mulheres. Além disso, o envolvimento das mulheres no emprego está, pelo menos parcialmente, enraizado nas suas crenças e valores relativamente aos papéis de género.

Segundo Gallie e Paugam (2000) nas sociedades tradicionais, as mulheres casadas ou vivendo maritalmente que auferiam subsídios tinham menor probabilidade de serem mais comprometidas com o trabalho. Assim, o efeito do benefício financeiro é bastante diferente nos dois tipos de sociedade, aparentando existir uma associação entre benefícios e baixo envolvimento no trabalho, no caso específico de mulheres casadas, em sociedades que apresentam um maior tradicionalismo na cultura de género. Será o caso nos concelhos estudados em Portugal?

Como se manifestam os valores em relação ao trabalho na amostra da nossa pesquisa na região da Grande Lisboa? Existem diferenças entre homens e mulheres e em que sentido?

Como se manifesta a disponibilidade para mudar de área profissional, residência e baixar salário?

3. Metodologia

. Inquérito por questionário

Esta reflexão é feita a partir da análise de dados recolhidos em inquérito por questionário em dois momentos de inquirição (2005/06 e 2014) a duas amostras de 300 pessoas cada (150 homens e 150 mulheres) nos concelhos de Alcácer do Sal, Amadora, Cascais, Lisboa, Oeiras e Sintra. Face à semelhança de resultados serão apresentados apenas os dados relativos a 2005/06.

Foram realizadas ainda entrevistas a 30 homens e 30 mulheres em 2015/6 e em 2013 a fim de aprofundar resultados de análise quanto às dimensões valores sociais e valores do trabalho.

Figura 1 – Dimensões em análise

Dimensão	Variável
Valores sociais	**Hierarquia de valores** Assinale por ordem o que é mais importante para si: Emprego, Amigos, Família, Vida Social, Participação política e Participação religiosa
Valores do trabalho	**Motivação para o trabalho ou envolvimento/centralidade do trabalho** Procura emprego? Sim/Não Aspectos mais importantes para aceitar um emprego. Concorda ou discorda: "Ter um emprego qualquer é melhor do que não ter nenhum" "Tinha muitos amigos no trabalho?"
Atitudes face ao emprego	Qual a situação de emprego preferida: Emprego a tempo inteiro, Emprego a tempo parcial, Emprego de algumas horas, Nenhum emprego

4. Resultados

4.1. Caracterização sociográfica

Dada a semelhança da sociografia das amostras e de resultados obtidos nos dois momentos de pesquisa apresentaremos apenas os dados relativos a 2005/6.

Os inquiridos do presente estudo (idades compreendidas entre 16 e 60 anos) apresentam idade média de 40 anos. Os escalões etários distribuem-se de forma relativamente equitativa. O mesmo não acontece com o nível de instrução, onde se verifica uma diferença percentual entre níveis de instrução mais básicos (1º, 2º e 3º ciclos) e mais avançados (secundário e superior), sendo que a maioria dos desempregados aparece entre os primeiros níveis de qualificação.

Quanto à nacionalidade, a generalidade é de nacionalidade portuguesa (cerca de 97%). Os restantes vêm predominantemente de países de língua oficial portuguesa.

No concernente ao estado civil e situação conjugal, a maior percentagem (2/3) refere-se a indivíduos casados ou em união de facto (66,1%), seguidos de cerca de 23% de solteiros, um pequeno número de divorciados (9,4%) e uma percentagem diminuta de viúvos (1,7%). Entre os solteiros nota-se um nível de instrução superior e, entre os divorciados ou separados de facto, um nível de instrução secundário ou pós-secundário (χ^2=41,255; g.l.=8; p=0,000).

Ao nível da categoria profissional, é possível observar que a maioria é constituída por: operários, artífices e similares (cerca de 24%); trabalhadores administrativos (17%); pessoal dos serviços e vendedores (quase 16%). As habilitações e qualificações de nível médio e superior evidenciam menor

representação: técnicos e profissionais de nível intermédio (7,5%); especialistas das profissões intelectuais e científicas (5,3%), quadros superiores da administração pública e dirigentes (4,3%). Foi identificado ainda um grupo, o de maior percentagem, cuja categoria profissional não se enquadra em nenhuma das assinaladas (26,6%).

Veja-se o escalão de subsídio de desemprego e pensão[1]. Para o total de inquiridos que prestaram informação (N=227) aparece uma concentração em torno dos limites inferior e superior do salário mínimo nacional, nomeadamente, 37,2% com subsídio entre 300€ e 499€ mensais e 26,5% entre 500€ a 748€ mensais.

Há que realçar ainda a percentagem de inquiridos com subsídios inferiores a 299€ mensais (13%), situados assim em limiar de pobreza e de exclusão social e económica, considerando, nomeadamente, que 2,3% estão no escalão mínimo 0 a 150€ mensais. Por contraste, 23% dos inquiridos auferem prestação mais generosa (valor superior a 749€).

Tais dados assumem especial relevância quando se verifica que cerca de 2/3 dos inquiridos tem como principal fonte de sobrevivência o subsídio (65,1%). Destaca-se ainda a assumpção da família como importante estrutura de sustentação e apoio para cerca de 1/3 dos inquiridos, onde cônjuge/companheiro(a) (17,8%), assim como os pais (12,1%) têm particular destaque. Assiste-se, por último, à percentagem residual cuja principal fonte de sobrevivência é trabalho ocasional (1,3%), Rendimento Social de Inserção (1%), outros familiares (0,7%) ou outro não referido (1%).

4.2. Valores sociais

Vejam-se os resultados obtidos quanto aos valores sociais. Quando questionados sobre a importância de um conjunto de valores sociais, os indivíduos atribuem valor predominante ("muito importante") à vida familiar (93,9%) e ao emprego (79,8%). Valores como amizade e vida social são relegados para segundo plano[2]: 28,7% consideram muito importante contra 28,7% não dá qualquer importância aos amigos e apenas 19,7% valoriza muito a vida social contra 60% que não manifesta interesse. À política e à religião dá-se importância mínima 1,3% e 9,1% "muito importante", respectivamente.

[1] Há a salientar o significativo número de inquiridos (73 indivíduos) que não expressaram o valor recebido.

[2] Amigos e vida social são mais pontuados como valor "mais ou menos importante" (42,6% e 20,2%, respectivamente).

Figura 2 – Importância dos valores sociais na população desempregada inquirida

Valores sociais	Muito importante	Mais ou menos importante	Nada importante
Vida familiar	93,9%	4,2%	1,9%
Emprego	79,8%	16,7%	3,5%
Amigos	28,7%	42,6%	28,7%
Vida social	19,7%	20,2%	60,1%
Participação religiosa	9,1%	6,1%	84,8%
Participação política	1,3%	2,6%	96,3%

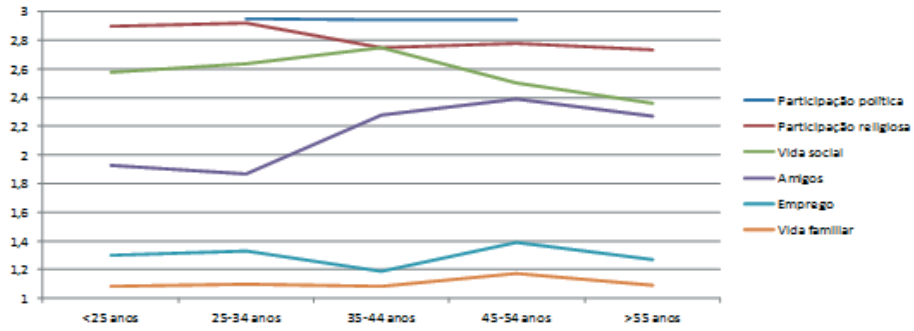
Fonte: Base de dados do inquérito à população desempregada inquirida em 2005/06

Na análise da importância média[3] de valores segundo a categoria etária[4], observa-se também o claro predomínio de importância da família e do emprego para todos os grupos etários. Além disso, são notórias as variações no posicionamento face à vida social (k-s(4)=20,04; p<.001) e à religião (k-s(4)=14,12; p<.05). Assim, é possível afirmar com significância estatística que os inquiridos com mais de 55 anos dão mais importância à vida social do que outras categorias etárias (com excepção do grupo entre 45 e 54 anos). No respeitante à participação religiosa, os mais idosos (> 55 anos) dão mais importância do que os mais jovens (<25 anos e entre 25 a 34 anos)

Deve ainda salientar-se a inexistência de diferenças significativas entre homens e mulheres no concernente aos valores sociais.

Quanto à vida social, verifica-se que os indivíduos com o 1º ciclo tendem a considerar a vida social importante, enquanto os indivíduos com o 3º ciclo tendem a mostrar-se indiferentes à vida social (χ^2=27,796; g.l.= 8; p=0,001).

Figura 3. Posicionamento valorativo médio dos valores (Escala: 1=Muito importante e 3= Nada importante)



[3] É de recordar que os valores médios calculados oscilam entre 1=Muito importante e 3= Nada importante.

[4] Foi utilizado para o efeito o teste Kruskall-Wallis.

4.3. Valores do trabalho

4.3.1. Envolvimento no emprego ou a centralidade do trabalho

A procura de emprego caracteriza a generalidade dos inquiridos, independentemente do tempo de inscrição no CE. Apesar disto, verifica-se uma ligeira flutuação das respectivas percentagens consoante o tempo de desemprego (13,9% dos inquiridos inscritos há menos de 6 meses não procuram de emprego, reduzindo a percentagem para 8,3% nos inscritos entre 6 meses e 1 ano e atingindo o máximo - 17,2% - nos inscritos há mais de 1 ano).

Pouco mais de metade dos inquiridos (54%) afirma que "ter um emprego qualquer é melhor do que não ter nenhum"[5]. Pode deduzir-se que mais de metade da amostra atribui grande valor ao trabalho/emprego por contraste com a sua ausência. Analisada a variável em função de sexo, idade e nível de instrução, verifica-se, antes de mais, que não existem diferenças entre sexos. Contudo, relativamente à categoria etária ($\chi^2$4,237 = 11,34; p < .05), os mais jovens tendem a concordar com a aceitação de qualquer emprego (n=33; residual=1,9), enquanto os de idades entre 25-34 anos (n=28; residual=1,8) e 35-44 anos (n=31; residual=2,2) tendem a considerar o contrário, assumindo uma posição relativa quanto à implicação no emprego ou centralidade do mesmo em suas vidas, apesar de se encontrarem desempregados (Figura 4). Assim, os mais jovens e que, provavelmente, ainda não têm experiência de trabalho ou a têm muito reduzida apresentam uma opinião mais favorável a qualquer emprego. Também os maiores de 45 anos tendem a concordar.

Figura 4 "Ter um emprego qualquer é melhor do que não ter nenhum" de acordo com a idade

Idade	**Menos 25**	**25-34**	**35-44**	**45-54**	**55 e mais**
%	66%	42,9%	40,4%	63,4%	60%

Fonte: Base de dados do inquérito à população desempregada inquirida em 2005/06

Apesar de não existirem diferenças estatisticamente significativas entre os que concordam e os que não concordam, consoante o seu nível de qualificação, pode observar-se que quanto mais elevado o nível de instrução menor a disponibilidade para aceitar qualquer emprego. Os mais escolarizados são os mais exigentes quanto às condições para emprego e integração profissional.

Quanto à categoria profissional do inquirido ($\chi^2$5,160 = 16,78; p <.05), conclui-se que os quadros superiores da administração pública e dirigentes (n=9; residual=2,7), bem como os especialistas das profissões intelectuais e científicas (n=9; residual=1,9) tendem a não aceitar qualquer emprego, ao contrário do pessoal de serviços e vendedores (n=25; residual= 2,2).

[5] Esta afirmação constitui um indicador de envolvimento no emprego ou da sua centralidade.

Figura 5 "Ter um emprego qualquer é melhor do que não ter nenhum" de acordo com o nível de escolaridade

Escolaridade	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário	Superior
%	63,6%	60,9%	47,6%	47,6%	37,9%

Fonte: Base de dados do inquérito à população desempregada inquirida em 2005/06

Além disso, os que se encontram desempregados há mais tempo (1 a 2 anos e mais de 2 anos) aceitam qualquer emprego sem reservas, por contraste com os desempregados há menos tempo (6 meses a 1 ano e menos de 6 meses).

Figura 6 "Ter um emprego qualquer é melhor do que não ter nenhum" de acordo com o tempo de duração do desemprego

Tempo no desemprego	Menos de 6 meses	6 meses a 1 ano	1 a 2 anos	Mais de 2 anos
%	48,3%	46,7%	76,9%	62,5%

Fonte: Base de dados do inquérito à população desempregada inquirida em 2005/06

4.4. Aspectos valorizados no emprego

Utilizam-se as expressões "extrínseco" ou "instrumental" e "intrínseco" ou "expressivo" conforme Herzberg (1966) e Caetano et al. (2003). Feito um diagnóstico dos aspectos mais valorizados para aceitação de um emprego (Figura 7) verifica-se que a generalidade dos inquiridos assinala valores de sentido "extrínseco ou instrumental". Destacam-se, primeiro, a remuneração (55,8%) e, embora mais distanciado, o trabalho estável e seguro (21,7%), aspectos que possibilitam a satisfação das necessidades básicas e redução das incertezas face ao futuro. Com menor expressão surgem aspectos relacionais, distância a casa e horário de trabalho (dimensões de compatibilização com a vida pessoal e familiar); os aspectos relacionados com a carreira profissional, como possibilidades de promoção e formação, são assinalados por 1,1% de inquiridos.

No conjunto, os aspectos ligados aos valores "intrínsecos" ou "expressivos" subjacentes foram referenciados com importância para aceitação de emprego somente por 6,2%. Neste grupo incluem-se interesse e utilidade social do trabalho.

Figura 7. Aspectos valorizados no emprego

Aspectos valorizados no emprego	%
Remuneração	55,8%
Trabalho estável e seguro	21,7%
Relação com colegas e chefias	5,8%
Distância de casa	5,1%
Horário	4,4%
Trabalho interessante	2,5%
Trabalho útil á sociedades	2,2%
Trabalho para ajudar outras pessoas	1,5%
Possibilidade promoção e formação	1,1%

Fonte: Base de dados do inquérito à população desempregada inquirida em 2005/06

Comparando os aspectos valorizados num emprego por género ($\chi^2$42,255 = 68,46; p <.05), conclui-se que os homens valorizam mais a "remuneração" (n=84; residual=2,2) e a "possibilidade de promoção e formação" (n=3; residual=1,8). As mulheres dão mais importância à "distância de casa" (n=12; residual=2,6) e ao altruísmo num "trabalho que ajude as pessoas" (n=4; residual=2).

Idade e qualificações escolares não têm qualquer efeito sobre a valorização do trabalho.

Em termos da situação de emprego preferencial no que respeita ao tempo de ocupação (Figura 50), a opção referenciada pela maioria dos inquiridos consiste em actividade profissional a tempo inteiro (80%). Nota-se, contudo, uma percentagem de 13% para quem seria preferível um trabalho a tempo parcial e ainda 6% para quem o ideal seria trabalhar apenas algumas horas (6%). 0,7% dos inquiridos manifesta que preferia não ter trabalho remunerado.

4.5. Trabalho enquanto laço social

Apesar dos resultados anteriores outros dados obtidos permitem esclarecer que, para os inquiridos, o trabalho não é apenas fonte de receita mas também criador de uma comunidade de relações sociais e afectivas, na medida em que uma expressiva maioria de 80% assinala que "tinha muitos amigos no trabalho". Assim, a grande maioria dos inquiridos teve a vivência de uma rede sócio afectiva no trabalho.

Figura 8. Dimensão social do emprego

Dimensão social do emprego	"Tinha muitos amigos no trabalho"
%	80,2%

Fonte: Base de dados do inquérito à população desempregada inquirida em 2005/06

4.6. Situação de emprego preferencial

Não existe associação entre situação de emprego preferencial e as variáveis sexo, idade e qualificações. Todavia, em termos descritivos, são as mulheres e os jovens que predominam na escolha de emprego a tempo parcial e de emprego de algumas horas.

Figura 9. Situação de emprego preferencial

Situação de emprego preferencial	%
Emprego a tempo inteiro	80,3%
Emprego a tempo parcial	13%
Emprego de algumas horas	6%
Nenhum emprego	0,7%

Fonte: Base de dados do inquérito à população desempregada inquirida em 2005/06

Analisando a questão "tinha muitos amigos no trabalho" em função da idade ($\chi^2$4,243= 13,88; p <.05) e do nível de instrução ($\chi^2$4,443 = 16; p <.05), concluiu-se que:

- os maiores de 55 anos (n=48; residual=3,1) tendem a concordar com o facto de terem muitas relações de amizade em meio laboral, por oposição aos mais jovens (menos 25 anos; n=15; residual=2,6) que tendem a discordar;
- os inquiridos com o 1º ciclo (n=55; residual=2,9) tendem a concordar com a existência de muitos amigos no trabalho, por oposição aos de nível superior que discordam (χ^2=16,004; g.l.=4; p=0,003; n=12; residual=3)

5. Reflexões finais

Em tempos de incerteza quanto ao futuro do emprego no século XXI e de dificuldades em conseguir emprego em Portugal questionámos pessoas desempregadas de 6 concelhos quanto aos seus valores sociais e valores do trabalho.

Os nossos resultados vão ao encontro da tendência de outros autores no que respeita ao envolvimento no trabalho da população da UE e, especialmente, da população portuguesa desempregada. Aliás, os nossos dados superam as percentagens de Gallie e Paugam (2000) para a UE quanto à motivação dos desempregados para procurar emprego e trabalhar, embora a quebra de motivação aumente junto daqueles que permanecem desempregados há mais de um ano.

Porém, as entrevistas realizadas sugerem alguma diferença motivacional em função do sexo e da idade na sociedade portuguesa ainda com alguns traços tradicionalistas. De facto, ao conjugar várias condições para as mulheres desempregadas como: receberem subsídio de desemprego, situação conjugal de casadas ou em união de facto com filhos pequenos a cargo e o cônjuge ou companheiro empregado e em situação financeira estável, aquelas mostram-se menos disponíveis para procurar emprego e trabalhar. Esta tendência foi encontrada em todos os concelhos e, muito especialmente, no concelho (mais rural) de Alcácer do Sal. O tradicionalismo mais marcado das culturas de género associado à valorização da família e o papel tradicional desempenhado pelas mulheres é tema que merece estudo mais aprofundado em Portugal.

No conjunto do nosso estudo, a família mantém prioridade como valor social seguida do emprego para homens e mulheres e para todos os grupos sociais inquiridos. De notar algum sinal diferente no que respeita aos valores vida social e religião. De facto, são os mais idosos (maiores de 55 anos) que mais valorizam a vida social e a participação religiosa. Além disso e curiosamente, são os menos escolarizados que mais valorizam a vida social.

De notar que o envolvimento ou a centralidade no emprego são muito claros neste estudo, sendo que a procura de emprego caracteriza a generalidade dos inquiridos, independentemente do tempo de inscrição no Centro de Emprego. Além disso, é notável a disponibilidade para aceitar qualquer emprego, sinal provável de desespero para desempregados há mais de um ano e sem apoio financeiro do Estado mas também para os jovens que não conseguem emprego e para os trabalhadores mais velhos. Os desempregados mais escolarizados e com categorias profissionais mais distintivas são os que mais resistem à perda de qualificação e à ideia de aceitar qualquer emprego.

Como seria de esperar numa população sem emprego que necessita satisfazer as necessidades básicas, os valores extrínsecos ou instrumentais em relação ao trabalho predominam sobre os valores expressivos, para usar a terminologia de Hersberg. Assim, valoriza-se claramente a remuneração e a importância do trabalho estável e seguro quando a tendência económica mundial e nacional é de maior instabilidade nos laços contratuais e dúvidas quanto às oportunidades de emprego. Assim, como previsto por Inglehart, as alterações sistémicas na sociedade global repercutem-se ao nível de valores, atitudes, comportamentos e opiniões. O sentido é, porém, inverso ao esperado por Inglehart, pois mantém-se ou ressurgem os valores materialistas ligados à necessidade de satisfação de necessidades básicas, crescimento económico e coesão social perdendo-se espaço para os valores pós-materialistas.

Surge, mais uma vez, um sinal de diferenciação por sexos com as mulheres a valorizarem mais a distância a casa para conciliarem trabalho e família e a fazerem opções altruísticas por um trabalho que ajude outras pessoas, enquanto os homens valorizam fortemente a remuneração.

Considerando ainda a situação de emprego preferencial e, embora seja muito expressivo para todos os inquiridos a clara opção pelo emprego a tempo inteiro, são as mulheres e os jovens que escolhem o emprego a tempo parcial ou emprego de algumas horas.

Por fim, de referir que apesar da forte valorização da remuneração o emprego é também uma rede relacional que proporciona contactos e amigos.

Os resultados sugerem a importância de aprofundar as questões de género nos valores em relação ao trabalho tendo em conta a divisão de funções entre homens e mulheres nas sociedades mas tradicionalistas e os contrastes existentes na sociedade portuguesa.

Bibliografia

ALFANO, A. M. (1973), "A scale to measure attitudes toward working", in *Journal of Vocational Behavior*, núm. 3, pp. 329-333.

ANTUNES, Ricardo (1999), *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho*, São Paulo, Ed. Boitempo.

ANTUNES, Ricardo, *Adeus ao Trabalho: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*, 7ª ed., São Paulo: Cortez, 2000.

ARANOWITZ, S. e DIFAZIO, W., *The Jobless Future*, Minneapolis, Londres: Minnessota Press, 1994.

ARAÚJO, Pedro, *A Tirania do Presente, Do Trabalho Para a Vida às Incertezas do Desemprego*, Coimbra: Quarteto, 2008.

BERSOFF, D. e CROSBY, F., "Job satisfaction and family status", in *Personality and Social Psychological Bulletin*, 10 (1), 1984, pp.79-83.

CABRAL, M. Villaverde, *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*, Oeiras: Celta Editora, 1997.

CAETANO, A., TAVARES, S. e REIS, R., "Valores do trabalho em Portugal e na União Europeia", in J. Vala, M. V. Cabral e A. Ramos (orgs.), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003, pp. 429-491.

CASAL, Adolfo Y., "Entre a Civilização do Trabalho e a Subcultura do Desemprego", in *Os Açores e o Mundo. O Essencial no Fim de Século*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1998, 45-60.

FREIRE, João et al., *Atitudes face ao Emprego, Trabalho e Tempo Livre*, Lisboa: OEFP, 2000.

FREYSSINET, Jacques, *Le Chômage*, Paris, La Découverte : Collection Repères, 1991.

FRIEDMAN, G., *O trabalho em Migalhas: Especialização e Lazeres*, São Paulo: Ed. Perspectiva, 1983.

GALLIE, D. e PAUGAM, S. (orgs.), *Welfare Regimes and the Experience of Unemployment in Europe*, Oxford: Oxford University Press, 2000.

INGLEHART, Ronald, *Culture Shift in Advanced Industrial Societies*, Princeton: P.U.P., 1990.

JESUÍNO, J. C.: "O Trabalho" in França, L. (coord.) *Portugal, valores europeus, identidade cultural*, Lisboa: IED, 1993.

LOISON, Laurence, "Mecanismos compensatórios do desemprego em Portugal: família e redes sociais", in *IV Congresso Português de Sociologia*, s.d., pp. 1-16.

MARÇANO, I., "State and Citizens: the Social Role of the Unemployed in Portugal", in *Institutions and Social Change(s) in Southern European Societies*, RN27-European Sociological Association/Associação Portuguesa de Sociologia, 1 e 2 Out. 2010.

MEDA, D., *O Trabalho: Um Valor em Vias de Extinção*, Lisboa: Fim de Século, 1999.

RAMOS, A. E VALA, Jorge, "O significado das diferenças: uma análise comparativa dos valores do trabalho em cinco países europeus" in *Actas dos Ateliers do V Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia*., s.d., Cons.: www.aps.pt/cms/docs

RAMOS, A., "Centralidade do trabalho", in M. V. Cabral, J. Vala e J. Freire (orgs.), *Trabalho e Cidadania*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2000, pp. 48-69.

RODRIGUES, Maria L., "Atitudes da população portuguesa perante o trabalho", in *Organizações e Trabalho*, 14, 1995, pp. 33-63.

SCHNAPPER, Dominique, «Prefácio» in Isabel Marçano «*Amantes do Sr. Trabalho – DesEmprego(s) em Portugal*», Lisboa : Editora Colibri, 2015, pp. 13-14.

VALA, Jorge, "Mudanças nos valores associados ao trabalho e satisfação com o trabalho", in M. V. Cabral, J. Vala e J. Freire (orgs.), *Trabalho e Cidadania*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2000, pp. 73-95.

VALA, Jorge e CABRAL, M. V., "Atitudes Sociais dos Portugueses", in *Boletim de Divulgação,* 4, ICS-UL, 2001, pp. 1-9. Consultado a 11 de Outubro de 2009, disponível em: http://www.atitudessociais.org/news/index.html